

CORREIO ECONÔMICO

Divulgação TJRJ



Decisão da Justiça garante funcionamento da universidade

Justiça Federal garante funcionamento de UFRJ

Contrariando a lógica do mercado, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) obteve, na Justiça, nessa quarta-feira (13), a suspensão dos cortes de energia elétrica em várias de suas unidades pela Light, por falta de pagamento de dívidas atrasadas.

No despacho de sua decisão, o desembargador Alcides Martins, do Tribunal Regional Federal

da 2ª Região (TRF-2), determinou que a "Light se abstenha de interromper o fornecimento de energia nas instalações da UFRJ e realize a religação imediata nas instalações que sofreram corte de luz". Como justificativa, Martins ressaltou o caráter essencial das atividades acadêmicas e de assistência oferecidas pela UFRJ. Ontem, a Light cortou a luz de 15 prédios da instituição.

Faturas vencidas

Referente a faturas vencidas, de março e novembro deste ano, a dívida total da UFRJ com a Light soma R\$ 31,8 milhões, além de R\$ 3,9 milhões, em parcelas não pagas, decorrentes de acordo de pactuação firmado, em 2020, entre a concessionária e a instituição.

Reitor questiona

Em defesa da universidade, o reitor da UFRJ Roberto Medronho lembrou: "Neste prédio que estamos, se faz ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Aqui se formou Portinari. Aqui se formou Oscar Niemeyer. Como pode este prédio estar sem luz?".

Lula Marques - Agência Brasil - Arquivo



Chefe do BC sugere 'corte de gastos na carne' em 2025

Campos Neto sobre Fiscal: "quanto mais rápido, melhor"

"É preciso agir rápido para cortar despesas e garantir que o arcabouço fiscal seja sustentável no longo prazo". A afirmação é do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto à Folha de São Paulo, ao comentar que "para reverter esse prêmio de risco é um conjunto de medidas com duas dimensões: a primeira é um

corte de gastos na carne no ano de 2025, que seja relevante. E, depois, medidas que indiquem aos agentes econômicos que estruturalmente o arcabouço fica mais sustentável para a frente". Sobre o 'timing' das medidas, Campos Neto advertiu que "quanto mais se espera, depois mais você acaba tendo que fazer".

Cortes

Sobre cortes de gastos estruturais, o Campos Neto observou que "olhando o que a gente recebe de mercado, tenho escutado entre R\$ 30 bilhões e R\$ 50 bilhões no ano de 2025 e alguma coisa estrutural. No estrutural, se fala sobre o ponto da injeção e da vinculação".

Cripto 'aperto'

As corretoras de criptoativos devem passar a ter sede no Brasil e fazer a segregação patrimonial das contas dos clientes com seu próprio patrimônio. É o que dispõe o projeto de lei da Câmara dos Deputados, com base no texto original de CPI das pirâmides financeiras

Sem vínculo

Mesmo que os cortes de gastos sejam considerados 'mais brandas' do que o esperado, Campos Neto avalia que isso não significaria viés de alta da Selic (taxa básica de juro): "Em nenhum lugar da ata do Copom está escrito que o BC pretende acelerar a alta de juros".

Marco legal

O texto final da Lei 14.478 (Marco Legal dos Criptoativos), sancionada em 2022 definiu os agentes do mercado cripto e estabeleceu que o Banco Central irá estabelecer as normas de funcionamento das empresas prestadoras de serviços de ativos digitais (VASPs).

Após grau de investimento, Master quer captação externa

Foco pode ser em dívida e em capital, admite CEO, Daniel Vorcaro

Por Marcello Sigwalt

Uma vez conquistado o rating A-, de grau de investimento no país, pela agência de classificação de risco Fitch, em outubro último, o Banco Master parte agora para um desafio ainda maior: o de acelerar planos para captação no mercado internacional.

"Recebemos um rating A-, no grau de investimento, e estamos conversando com investidores. A melhora do rating do Brasil também ajudou e essa operação será algo representativo para nós, em termos de volumes", adiantou o CEO do Banco Master, Daniel Vorcaro, ao adiantar que a captação pode ter um 'componente de dívida' e outro de 'capital'.

O planejamento da captação do recurso externo, na verdade, já vem sendo feito, por meio da diversificação das fontes de funding do banco, em meio à expectativa de que haverá condições de 'fechar em breve' uma operação no exterior, em que pese as turbulências dos mercados financeiros externos.



Divulgação Banco Master

CEO do Master, Daniel Vorcaro prepara captação internacional

Volcaro explicou que o banco contratou a agência justamente para viabilizar a captação internacional. "A agência estudou a fundo nosso balanço, acompanha a evolução do banco. O rating mostra que estamos no caminho correto, diversificando os negócios e aprimorando a governança", acrescentou.

Como reforço ao bom momento para o banco, o economista-chefe do Master, Paulo Gaia, comenta que, apesar do momento de 'estresse' nos mercados, em razão da volatilidade apresentada pelos juros e dólar, há otimismo, no sentido de que o Brasil caminha para reconquistar o grau de investimento em poucos anos.

A exemplo da Fitch, a Moody's também revisou, recentemente, o rating do banco, como reflexo do 'rápido crescimento' de uma franquia focada em negócios corporativos e crédito consignado. A carteira do banco Master detém concentrações significativas, com exposição a precatórios e a ações em sua carteira de títulos.

Banco se equipara a grandes instituições

Como 'prêmio' maior pela adoção de diversas iniciativas voltadas ao aprimoramento de sua governança e transparência, o Banco Master obteve o grau de investimento da agência internacional de classificação de risco Fitch, umas das mais importantes do mundo, com o rating nacional de longo prazo elevado de BBB (bra) para A-(bra).

Com esse reconhecimento, o Master se posiciona em nível

semelhante ao de grandes instituições financeiras do país, que o torna mais 'atrativo' a fundos estrangeiros de maior porte.

Para o diretor-estatutário do banco, Antônio Bull, "desde o início tivemos em mente que as diretrizes de governança eram essenciais".

A melhoria de avaliação da empresa decorreria de 'esforços contínuos' em fortalecer suas práticas de compliance e gestão de riscos.

"Desde o início, tivemos em mente que as diretrizes de governança eram essenciais, pois partimos do pressuposto de que todo processo decisório é colegiado, baseado em regras que respeitam atos regulatórios e disciplinas internas criadas tendo em mente a tomada de risco", diz Bull, que antes de integrar o time de executivos da instituição foi diretor do Grupo Safra no Brasil e nos Estados Unidos e CEO do Banco Safra

em Nova York, onde morou por mais de uma década, até 2013.

Em paralelo à essa estratégia vencedora, iniciada em 2023, o banco investiu na formação de um conselho consultivo composto por figuras renomadas do mercado financeiro, com destaque para os ex-presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles e Gustavo Loyola, além do ex-diretor do BC, Geraldo Magella.

Itaú propõe cortes de R\$ 60 bilhões

Por Marcello Sigwalt

Em contraponto aos 'módicos' R\$ 25 bilhões de cortes de gastos, no ano que vem, acenados na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, economistas do Itaú (maior banco privado nacional), entendem que seria 'factível' reduzir, sim, a mesma importância em 2025, mas aumentar a 'dose' para R\$ 35 bilhões, em 2026.

Por meio de relatório divulgado por esses técnicos da instituição financeira, tal 'economia' estaria de acordo com a expectativa do mercado quanto à sustentabilidade do arcabouço fiscal (a nova regra petista para as contas públicas).

Para que o objetivo de 2025 seja alcançado, porém, os economistas do Itaú condicionam o sucesso de medidas, já anunciadas pelo Executivo, como o 'pente fino' de benefi-



Asmetro

Itaú propõe cortes que atingem R\$ 60 bilhões em dois anos

cios sociais, decorrente da 'desaceleração do crescimento de beneficiários da Previdência de 4% para 3% e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 12% para 6%.

Para 2026, o segmento do Itaú entende que outras medidas envolveriam, novamente o

BPC, mas também seguro-desemprego, Fundeb, vinculações ao mínimo, pisos constitucionais de Saúde e Educação e a previdência dos militares.

Na avaliação do economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita, "consideramos este o valor mínimo (R\$ 35 bilhões)

necessário para o pacote de revisão de gastos ter sucesso em obter alguma redução da percepção de risco fiscal".

Sobre o 'desafio de redução do crescimento de despesas no médio prazo, o relatório aponta que são necessárias mudanças estruturais, como a redução de indexações e vinculações das despesas públicas, e um reforço na transparência e na credibilidade das regras fiscais.

A equipe do Itaú defende um pacote de corte de gastos 'robusto', como 'oportunidade' para reduzir os temores ante iniciativas 'onerosas' propostas pelo Executivo, como a isenção do Imposto de Renda (IR) de quem ganha até R\$ 5 mil e o retorno de "estímulos para fiscais".

Caso se efetive a revisão de gastos, prosseguem os economistas, seria possível garantir que o programa Pé-de-e o vale-gás sejam transparentes e sujeitos às regras fiscais vigentes.

BNDES repassará R\$ 25 bi ao Tesouro

A título de contribuir com a 'saga' federal de obter o superávit primário e garantir a 'existência' de arcabouço fiscal, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) anunciou que pretende repassar R\$ 25 bilhões ao Tesouro Nacional.

O anúncio foi feito pelo presidente do banco de fomento, Aloizio Mercadante, na última sexta-feira (15), durante o evento do G20 Social, reali-

zando na zona portuária do Rio. "Vamos encaminhar dividendos de R\$ 25 bilhões para o Tesouro Nacional, que é 127% do lucro do banco. Mais os impostos, são R\$ 38 milhões, e temos uma pequena parcela de devolução de subsídios do passado. Então, é um volume de recursos extraordinário".

A questão fiscal tem demandado sucessivas reuniões entre o mandatário com a equipe econômica, liderada pelos

ministros Fernando Haddad e Simone Tebet, da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, nas últimas semanas, tendo em vistas 'traçar' estratégias de controle de despesas. Reportagem da revista Exame aponta que o pacote fiscal deverá ser anunciado após a cúpula do G20 (encontro das maiores economias do planeta).

Como justificativa, Mercadante destacou que o BNDES registrou o terceiro melhor re-

sultado do setor financeiro nos últimos nove meses, mediante um lucro de R\$ 19 bilhões, com prioridade para investimentos em educação e saúde. "O banco está contribuindo para o superávit primário e para o arcabouço fiscal, enquanto preserva áreas importantes, como Educação e Saúde", reforçou.

Mercadante considerou 'essencial' a participação das estatais, pois grande parte da riqueza vem do setor privado.